



O RACISMO ESTRUTURAL E SUA INFLUÊNCIA NA ALIMENTAÇÃO DE MULHERES BRANCAS E PRETAS NA REGIÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO DURANTE O PRIMEIRO ANO DA PANDEMIA DE COVID-19

ISABELA CAROLINE SILVA

RESUMO

Este artigo tem como objetivo avaliar as possíveis discrepâncias nos hábitos alimentares de mulheres brancas e pretas na região de São José do Rio Preto durante o primeiro ano da pandemia de COVID-19. A análise leva em consideração os impactos sociais, culturais, econômicos e psicológicos que influenciam nas escolhas alimentares da população negra. O racismo estrutural presente no Brasil coloca as mulheres pretas em contextos de trabalho que exigem maior esforço físico, jornadas mais longas e maiores deslocamentos, fatores que contribuem para o aumento do estresse e do cansaço. Nesse cenário, este estudo investiga se, devido a essas condições, as mulheres pretas reduziram o consumo de alimentos in natura, que exigem maior tempo de preparo, e passaram a optar por alternativas industrializadas, mais práticas e acessíveis financeiramente. Essa mudança no padrão alimentar pode ser comparada com os hábitos das mulheres brancas, cujas condições socioeconômicas e de trabalho são, em muitos casos, diferentes. A pesquisa busca compreender como a pandemia exacerbou as desigualdades alimentares entre essas duas populações, destacando fatores sobre como o racismo estrutural e a desigualdade social afetam as práticas alimentares e o bem-estar nutricional das mulheres pretas, especialmente em tempos de crise sanitária e econômica. Essa análise é fundamental para identificar as barreiras enfrentadas por essas mulheres na busca por uma alimentação saudável e para promover políticas públicas que considerem as especificidades sociais e culturais de cada grupo.

Palavras-chave: Desigualdade; Cultura; Comportamento.

1 INTRODUÇÃO

Estudos recentes revelam que 40% da população mundial estão acima do peso, sendo que a obesidade é mais frequente nos estratos com menor renda e escolaridade (WHO, 2018). De 38 milhões de óbitos anuais, 28 milhões ocorrem em países de média e baixa renda, onde 16 milhões são de pessoas menores de 70 anos de idade (Malta et al., 2017). A relação entre ganho de peso e fatores sociodemográficos está associada à raça e cor. Trata-se de uma complexa relação, que engloba etnia, nível socioeconômico e gênero, além de conceitos históricos, que geram efeitos fisiológicos, psicológicos e culturais. As mudanças nos padrões alimentares explicam a crescente prevalência da obesidade em toda a população. O consumo de produtos ultraprocessados, ricos em sódio, açúcar e gorduras saturadas, vem crescendo sobre a ingestão diária de alimentos in natura e minimamente processados (Martins, 2008; Monteiro et al., 2015).

A pandemia do coronavírus (COVID-19), que seu início no Brasil a partir de março de 2020, trouxe mudanças sociais, econômicas, psicológicas e comportamentais em toda a população brasileira, especialmente sobre as mulheres que, em sua maioria, desempenham

inúmeras tarefas, como a maternidade, matrimônio, trabalho e duplas jornadas. A rotina, que antes já era cansativa, passou por mudanças que exigiram um remanejamento de todo o dia-a-dia, envolvendo aspectos de home office, desemprego (ou afastamento de suas tarefas profissionais) e crianças com aulas remotas (Silva et al., 2020). Uma pesquisa feita na USP (FMUSP) avaliou como a forma de se alimentar das mulheres brasileiras foi impactada pelo isolamento social. Observou-se que as dietas para controle ou redução de peso caíram 41% em relação ao período pré-pandemia, onde 24% das entrevistadas afirmaram que, durante a quarentena, construíram o hábito de beliscar entre as refeições. O número de pedidos via delivery também cresceu vertiginosamente, cerca de 146%, ao contrário da taxa de compras em supermercado, que caiu 41% (Agência FAPESP, 2020).

Estudos indicam que, antes da pandemia, homens e mulheres negras praticavam menos exercícios físicos e consumiam menos frutas e hortaliças em comparação à população branca. Além disso, a incidência de diabetes mellitus é mais prevalente entre pessoas negras. Essas disparidades estão relacionadas a fatores culturais e sociais, como o racismo estrutural, que impacta negativamente a saúde da população negra (Silva, R. L. et al., 2021). De acordo com um estudo publicado na *Ciência & Saúde Coletiva*, diferenças significativas nos fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis foram observadas entre diferentes raças e cores no Brasil. Após ajustes para escolaridade e renda, persistiram diferenças significativas, indicando que fatores além do status socioeconômico influenciam esses riscos (Silva, R. L. et al., 2021). Além disso, o racismo estrutural limita o acesso da população negra aos serviços de saúde, dificultando o uso adequado desses serviços e gerando condições de adoecimento específicas para essa população. Essas evidências destacam a necessidade de abordar as heranças do racismo como um determinante social da saúde, visando reduzir as desigualdades e promover a equidade no acesso aos cuidados de saúde e na adoção de hábitos saudáveis (Silva, 2020).

2 MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa transversal descritiva, que abrange a totalidade das mulheres brancas e pretas acompanhadas pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) do Ministério da Saúde, atendidas na atenção primária à saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), nos anos de 2017 e 2020, na região de São José do Rio Preto. Os dados utilizados foram obtidos diretamente do site do SISVAN, por meio de relatórios de acesso público. A partir desses relatórios, foi possível acessar informações relacionadas ao processo de trabalho das equipes de saúde e às ações voltadas à população, permitindo a análise quantitativa de atividades desenvolvidas na área de saúde. A primeira avaliação do estudo foi focada no estado nutricional de mulheres brancas e pretas, abrangendo todas as faixas de escolaridade e comunidades. Foram realizadas quatro pesquisas, considerando os anos base de 2017 e 2020. Os dados foram agrupados pela região de saúde de São José do Rio Preto, no estado de São Paulo, abrangendo as 11 cidades da região, com o intuito de analisar e comparar as informações obtidas. Na segunda etapa da pesquisa, também com base nos dados disponíveis no site do SISVAN, foram analisados relatórios de consumo alimentar de mulheres brancas e pretas, referentes aos anos de 2017 e 2020, na mesma região de saúde. A pesquisa priorizou a avaliação do consumo de frutas, hortaliças e alimentos ultraprocessados, utilizando filtros para identificar as mulheres adultas, de todos os níveis de escolaridade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os dados obtidos pelo SISVAN, em 2017, 73% das mulheres brancas consumiam frutas e hortaliças diariamente, enquanto 67% das mulheres negras mantinham o mesmo hábito. Já em 2020, 71% das mulheres brancas e 65% das mulheres negras continuaram a consumir esses alimentos de forma diária. Observa-se uma diminuição no

consumo de frutas e hortaliças em ambos os grupos, sendo mais acentuada entre as mulheres negras. Em relação ao consumo de alimentos ultraprocessados, em 2017, 39% das mulheres brancas e 37% das mulheres negras ingeriam esses produtos. Em 2020, a porcentagem de consumo entre as mulheres brancas manteve-se em 39%, enquanto nas mulheres negras o consumo aumentou ligeiramente, chegando a 38%. Isso indica uma leve tendência para o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados durante a pandemia, principalmente entre as mulheres negras. No que tange à composição corporal, os dados mostram que, em 2017, 29,25% das mulheres brancas estavam eutróficas, enquanto 27,47% das mulheres negras apresentavam o mesmo estado nutricional. Em 2020, houve uma redução nos índices de eutrofia, com 24,62% das mulheres brancas e 22,59% das mulheres negras. Quanto ao sobrepeso, as mulheres brancas apresentaram índices de 32,56% em 2017 e 32,28% em 2020, enquanto as mulheres negras apresentaram 31,28% em 2017 e 30,45% em 2020. Os índices de obesidade grau I também aumentaram em ambos os grupos, com as mulheres brancas apresentando 21,01% em 2017 e 23,39% em 2020, enquanto as mulheres negras tiveram 21,87% em 2017 e 24,12% em 2020. A prevalência de obesidade grau II e III também foi registrada, conforme ilustrado na tabela abaixo. Embora tenha ocorrido uma queda mínima no consumo de frutas e hortaliças em ambos os grupos entre 2017 e 2020, foi observada uma leve tendência de aumento no consumo de alimentos ultraprocessados durante a pandemia, especialmente entre as mulheres negras. Em 2017, as mulheres brancas apresentaram maior prevalência de eutrofia em comparação com as mulheres negras. No entanto, em 2020, observou-se uma redução na proporção de mulheres eutróficas em ambos os grupos, com uma diminuição de 4,63% para as brancas e 4,88% para as negras. O sobrepeso, por sua vez, foi mais prevalente entre as mulheres brancas durante os dois anos, embora a diferença tenha sido mínima. O número de mulheres com obesidade aumentou em ambos os grupos, mas a prevalência foi mais acentuada entre as mulheres negras.

	Consumo de Frutas e Hortaliças	Consumo de Ultraprocessados
Mulheres Brancas (2017)	73%	39%
Mulheres Brancas (2020)	71%	39%
Mulheres Pretas (2017)	67%	37%
Mulheres Pretas (2020)	65%	38%

	Mulheres Brancas (2017)	Mulheres Brancas (2020)
Eutrofia	29,25%	24,62%
Sobrepeso	32,56%	32,28%
Obesidade Grau I	21,01%	23,39%
Obesidade Grau II	9,47%	11,24%
Obesidade Grau III	5,31%	6,79%

	Mulheres Pretas (2017)	Mulheres Pretas (2020)
Eutrofia	27,47%	22,59%
Sobrepeso	31,28%	30,45%
Obesidade Grau I	21,87%	24,12%
Obesidade Grau II	10,39%	12,61%
Obesidade Grau III	6,84%	8,67%

4 CONCLUSÃO

O estudo evidenciou que as mulheres negras apresentaram maiores dificuldades no que diz respeito à alimentação saudável e à composição corporal durante a pandemia, quando comparadas às mulheres brancas. A diminuição no consumo de frutas e hortaliças e o aumento no consumo de alimentos ultraprocessados foram mais pronunciados entre as mulheres negras, refletindo as desigualdades sociais, econômicas e culturais, como o racismo estrutural, que impactam diretamente seus hábitos alimentares e saúde. A prevalência de sobrepeso e obesidade também foi maior entre as mulheres negras. Estes resultados indicam a urgência de políticas públicas que abordem essas desigualdades e promovam a equidade no acesso a alimentos saudáveis, com foco na redução das disparidades nutricionais e sociais.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA FAPESP. Isolamento social modifica o comportamento alimentar das mulheres brasileiras, revela estudo. Disponível em: https://agencia.fapesp.br/isolamento-social-modifica-o-comportamento-alimentar-das-mulheres-brasileiras-revela-estudo/34650?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 09 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde. Vigitel Brasil 2014: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Brasília, DF, 2015.

FERREIRA, A. P. S.; SZWARCOWALD, C. L.; DAMACENA, G. N. Prevalência e fatores associados da obesidade na população brasileira: estudo com dados aferidos da Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. Revista Brasileira de Epidemiologia, São Paulo, v. 22, e190024, 2019.

JORNAL USP. Brasileiras passaram a cozinhar mais e abandonaram dietas na pandemia. Universidade de São Paulo, 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/brasileiras-passaram-a-cozinhar-mais-e-abandonaramdietas-na-pandemia/>. Acesso em: 29 de abril de 2024.

MALTA, D. C. et al. Doenças crônicas não transmissíveis e a utilização de serviços de saúde: análise da Pesquisa Nacional de Saúde no Brasil. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 51, p. 1s-10s, 2017. Suplemento 1.

MALTA, D. C.; MOURA, L.; BERNAL, R. T. I. Diferenciais dos fatores de risco de doenças crônicas não transmissíveis na perspectiva de raça/cor. Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 713-725, 2015.

MARTINS, A. P. B. É preciso tratar a obesidade como um problema de saúde pública. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 58, n. 3, p. 337-341, 2008.

MAZZOLANI, B. C. et al. Influence of nutritional status on eating habits and food choice determinants among Brazilian women during the COVID-19 pandemic. Faculdade de Medicina FMUSP, Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.medrxiv.org/content/10.1101/2020.11.03.20225136v2.full.pdf>. Acesso em: 29 de abril de 2024.

MONTEIRO, C. A.; CONDE, W. L.; POPKIN, B. M. Independent effects of income and education on the risk of obesity in the Brazilian adult population. *Journal of Nutrition*, Rockville, v. 131, n. 3, p. 881S-886S, 2001.

MONTEIRO, C. A.; LOUZADA, M. L. C. Ultraprocessamento de alimentos e doenças crônicas não transmissíveis: implicações para políticas públicas. In: NOGUEIRA, R. P. et al. *Observatório internacional de capacidades humanas, desenvolvimento e políticas públicas: estudos e análises*. Brasília, DF: Organização Pan-Americana da Saúde, 2015. v. 2. p. 165-182.

SILVA, A. S. Racismo estrutural limita o acesso da população negra aos serviços de saúde. *Jornal da USP*, 18 jul. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/racismo-estrutural-limita-o-acesso-da-populacao-negra-aos-servicos-de-saude/>. Acesso em: 9 jan. 2024.

SILVA, M. F. et al. O impacto da pandemia de COVID-19 nas mulheres brasileiras: uma análise das desigualdades de gênero, raça e classe. *Insurgência: Revista de Ciências Sociais*, v. 9, n. 2, p. 45-58, 2020. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/38578?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 9 jan. 2024.

SILVA, R. L. et al. Desigualdades raciais e os determinantes sociais da saúde: análise dos fatores de risco para doenças crônicas no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 3, p. 1103-1112, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/7NTw4vts4sV5Z8PrWHT4ytk/?lang=pt>. Acesso em: 9 jan. 2024.

VIGITEL Brasil 2018. População Negra: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência de distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas para a população negra nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2018. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis – Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: http://estaticog1.globo.com/2019/09/27/vigitel_brasil_2018_populacao_negra.pdf?_ga=2.199157935.1448072477.1621941525-1196588945.1619111940. Acesso em: 29 de abril de 2024.

WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION. Obesity and overweight. Genebra, 2018. Disponível em: <https://www.who.int/en/news-room/fact-sheets/detail/obesity-and-overweight>. Acesso em: 29 de abril de 2024.